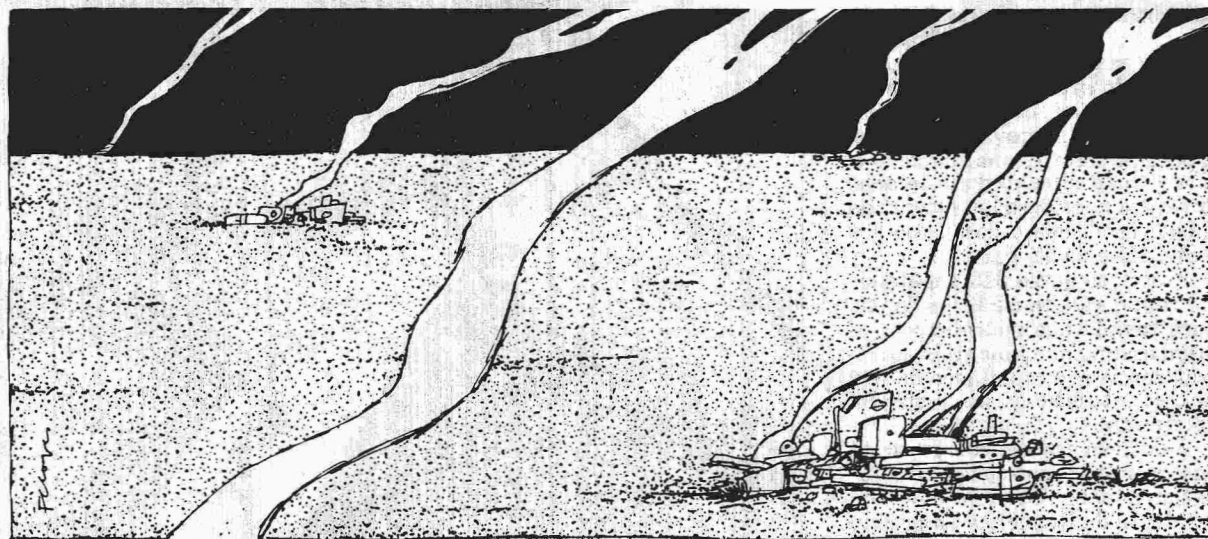


O pior virá no primeiro trimestre

Mesmo que o governo se dispusesse, de sopetão, a mudar o rumo de sua política econômica, não haveria tempo hábil para reverter o agravamento do quadro recessivo que começou a ter contornos mais nítidos a partir de outubro deste ano. Não há saídas imediatas, pois um possível redirecionamento de rota teria seus efeitos sentidos só a médio prazo. Além disso, há um obstáculo de difícil transposição: uma mexida consistente só é possível através de um ajuste fiscal permanente. E este ajuste, necessariamente, passa pela reaproximação do governo com a sociedade através de seu canal legítimo — o Congresso Nacional —, e informal — representado por porta-vozes de diferentes setores da cadeia produtiva nacional.

Este é o prognóstico consensual sobre o primeiro trimestre do próximo ano, feito por especialistas que integraram os quadros econômicos governamentais em momentos diferentes da história recente do Brasil: Antônio Delfim Netto (ex-ministro da Fazenda), Affonso Celso Pastore (ex-presidente do Banco Central); e Yoshiaki Nakano (ex-assessor do ministro Bresser Pereira). Os três economistas participaram, na quinta-feira, do seminário "A economia brasileira em 91 — A batalha das expectativas", promovido pela agência Dinheiro Vivo em São Paulo.

O cenário é do "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". Independente da postura do governo, 1991 reserva um sabor amargo, provocado tanto por uma recessão sem precedentes no País — deliberadamente instaurada —, como por um eventual aperto de cintos geral para colocar a casa em ordem. Mas as semelhanças nas previsões param por aqui. Os economistas divergem a respeito das tonalidades (entre o cinza e o negro) que a re-



cessão vai escolher para pintar o País.

Desemprego

Delfim Netto joga mais fichas em uma desaceleração profunda do ritmo da economia, capaz contudo de trazer a inflação a um patamar entre 2% e 3%. O instrumento utilizado é a manutenção de uma política monetária altamente restritiva, com juros reais na casa de 7% mensais. Por si só, esta política extermina a inflação, mas não haverá espectadores para a vitória final. O parque industrial brasileiro é esfaqueado e o desemprego atinge níveis assustadores, minando qualquer esboço de reação do movimento sindical.

Já Nakano e Pastore duvidam de que seja possível um arrefecimento da inflação, mesmo mantendo a moeda a rédeas curtas. A recessão, neste caso, não tem função positiva alguma. Uma política de juros altos, por um lado, contém a demanda. Mas, na contramão, pressiona os custos. Além disso, há uma série de preços artificialmen-

te represados, que terão suas comportas arrebatadas cedo ou tarde. É o caso das tarifas públicas, câmbio e preços do petróleo.

A inflação reprimida rapidamente atinge os 20% ao mês, na avaliação de Nakano. E a produção industrial registra queda entre 10% a 15%. No rastro destes percentuais, vem uma avalanche de boatarias, pois é rompido o tênue elo de confiança que ainda mantém a sociedade relativamente calma. As empresas tendem a internalizar seu caixa em dólares, o que força o governo a injetar cruzeiros para conter a queda da cotação da moeda norte-americana. Para março ou abril, Nakano não vê outra saída além de um novo choque, que redundará em fracasso, pois não será planejado a contento. O Plano Collor, em sua visão, vive definitivamente sua fase terminal.

Pouco menos assustador é o horizonte identificado por Pastore como o mais factível. A partir de janeiro, a receita tributária tem uma queda imensa, pois acaba o proces-

so de desova de estoques que propiciou maior arrecadação do ICM e IPI. O imposto de renda das empresas vira pó com a recessão comendo solta. Ao governo, resta tentar dois caminhos: cortar o déficit ou financiá-lo. Eliminar o déficit significa recarregar a metralhadora tributária, aprofundando a recessão. A trilha da emissão de papéis esbarra em uma previsível rejeição dos títulos públicos por uma sociedade escaldada pelo trauma de março deste ano. Só resta a emissão de dinheiro. Em um deserto de liquidez, qualquer respingo induz à imediata recomposição de margens de lucro, abrindo caminho para que uma vigorosa inflação se instale na já mutilada economia nacional.

Saídas

Não existem alternativas indolores para o Brasil em 1991. O desejável é que haja um rompimento do cordão de isolamento imposto pelo governo. Mas ainda que surgisse disposição nos gabinetes brasilienses, esta iniciativa teria que

esperar, no plano institucional, pela reabertura dos trabalhos no Legislativo em 16 de fevereiro do próximo ano. Somente através da recaptura de sintonia com os legisladores, é possível viabilizar uma reforma fiscal que restitua à Federação sua capacidade de administrar e atribua a estados e municípios a responsabilidade que lhes cabe na condução da política econômica.

Já o restabelecimento da confiança da sociedade não está sujeito a cronometragem do tempo. É um processo mais delicado, que envolve a capacidade de convencer a todos que este ajuste é necessário, para que os diferentes segmentos que a compõem abram mão de suas reivindicações. Só assim é amenizado o conflito distributivo a que se presencia, envolvendo trabalhadores, empresários e governo.

Outro item que faz parte do rol dos pré-requisitos para que a economia brasileira se estabilize e que a moeda seja confiável, sem necessidade de indexadores. Para isso, é essencial que seja quebrado o motor básico da inflação: a espiral preços/salários.

O ideal é que seja passada uma borracha no passado e tudo tenha novo início. Que sejam ainda remodeladas as estratégias das políticas monetária e cambial. A primeira servindo como auxiliar e não determinante na condução dos rumos da economia. E a segunda propiciando um mínimo de direção aos agentes, e que reflita também a necessidade de se recorrer aos portos para amenizar tempos de crise.

Remodelar todo o arsenal de guerra, entretanto, tem como barreira o próprio estilo de administração do presidente, a quem quer que se atribua tudo, menos que não seja um obstinado em suas idéias e objetivos. E este é um ponto que traz bastante apreensão a Delfim, Nakano e Pastore.